

# A (des)inclusão da criança com deficiência no Bairro do Limoeiro: reflexões sobre as personagens Luca e André nos gibis da *Turma da Mônica*

Renata Machado da Silva (UNEB)\*

<https://orcid.org/0000-0002-9407-1402>

Sayonara Amaral de Oliveira (UNEB)\*\*

<https://orcid.org/0000-0002-7387-0547>

## Resumo:

Após décadas de luta por maior reconhecimento e significativa participação social, as Pessoas com Deficiência têm alcançado o mercado de trabalho, a educação e alguma representação em produções artístico-culturais. Sobre essas últimas, destacam-se os gibis da *Turma da Mônica* que, desde os anos 2000, abriram o famoso Bairro do Limoeiro às crianças com deficiência, criando um elenco de personagens representativas para esse grupo. Se o bairro fictício passou a ser inclusivo de fato, eis o que este artigo pretende discutir, tomando como objeto de análise o modo de inserção de personagens com deficiência, como André e Luca, nas narrativas quadrinizadas. O *corpus* da investigação é formado por quatro narrativas pertencentes aos gibis *Magali – Ao assoprar a velinha* (2021), *Turma da Mônica – Como criar um bebê dragão* (2021) e *Turma da Mônica – Uma foto do Limoeiro* (2021). O exame de episódios apresentados nessas narrativas permitiu apurar que a imagem da criança com deficiência é expressa exclusivamente pela condição sintomatológica da deficiência, como se somente esse aspecto fosse suficiente para representar pessoas reais com deficiência, o que reconhecemos ser uma postura discriminatória e excludente, a qual, lamentavelmente, é reproduzida nos discursos dos gibis analisados. Para a discussão, o aporte teórico se baseia nos pensamentos de Serge Moscovici (2007), no campo dos Estudos Culturais, de Débora Diniz (2007) e João Batista Ribas (2003), pesquisadores da área da inclusão social das Pessoas com Deficiência.

**Palavras-chave:** Criança com deficiência; Histórias em quadrinhos; Representação; *Turma da Mônica*.

\* Mestre em Estudo de Linguagens (UNEB), Especialista em Psicopedagogia (F. MONTESSORIANO) e graduada em Pedagogia (UNINTER). Atua na área da Educação Inclusiva. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4981104273599682>. E-mail: [natamachados@yahoo.com.br](mailto:natamachados@yahoo.com.br)

\*\* Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Docente Permanente no Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens da mesma Universidade. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8522024476041438>. E-mail: [soliveira@uneb.br](mailto:soliveira@uneb.br)

**Abstract:****The (no) inclusion of children with disabilities in the Limoeiro Neighborhood: reflections on the characters Luca and André in *Turma da Mônica* comic books.**

After decades of struggling for more significant recognition and social participation, People with Disabilities have managed to have access to the work market, education and relative representation in artistic and cultural productions. Regarding the latter, the comic strips of *Turma da Mônica* stand out and, since the 2000's, have opened the famous Bairro do Limoeiro to children with disabilities, introducing characters who are representative for this group. Whether the fictitious neighbourhood became a de-facto inclusive one is what the present article aims to discuss, focusing mainly on the way in which the characters with disabilities are inserted, such as André and Luca, in these comic book narratives. The research corpus is composed by four stories from the following comic books: *Magali – Ao assoprar a velinha* (2021), *Turma da Mônica – Como criar um bebê dragão* (2021) and *Turma da Mônica – Uma foto do Limoeiro* (2021). The analysis of the episodes presented in these stories allowed for the verification that the image of the child with disabilities is expressed only and exclusively based on the symptomatological condition of their disability, as if this aspect alone was sufficient to represent real people with disabilities, which we have considered to be a discriminatory and excluding posture. This posture, unfortunately, has been reproduced in the discourse of the comic books that we have analysed. For the discussion, the theoretical contribution is based on the thinking of Serge Moscovici (2007), in the field of Cultural Studies, of Débora Diniz (2007) and João Batista Ribas (2003), who are researchers in the field of social inclusion of People with Disabilities.

**Keywords:** Disabled child; Comics strips; Representation; *Turma da Mônica*.

**Considerações iniciais**

Após 41 anos da proclamação do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência pela Organização das Nações Unidas (ONU), em todo o mundo, são significativas as mudanças socioculturais a serem comemoradas em torno desse grupo. Sob o lema “Participação plena e Igualdade”, movimentos políticos se mobilizaram frente à conquista de ações afirmativas, de modo a assegurar o direito à cidadania da pessoa com deficiência. Eis que, no Brasil, alguns resultados positivos recaíram no fomento da legislação

– a Lei de Acessibilidade (10.098/00), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/15) –, na promoção de estudos acadêmicos e na criação de prestação de serviços nas áreas da saúde, da comunicação e também da arte. Sobre essa última, destacam-se produções artístico-culturais nas últimas décadas – séries, filmes, livros, novelas –, sendo algumas delas realizadas por produtores com deficiência, que se mostram dispostos a

relatar as suas experiências. Apesar dessas conquistas no tocante à inclusão social, há de se reconhecer que o preconceito direcionado às Pessoas com Deficiência (PCD) não está vencido. Nas entrelinhas dos discursos de apoio à causa, podem se esconder concepções e interesses que venham a alojar as PCDs em um lugar de menor valor social.

A representação de Pessoas com Deficiência em produções artístico-culturais é, aqui, tomada como um procedimento possível para interpretar a realidade e que muito pode colaborar na ultrapassagem de barreiras atitudinais e conceituais discriminatórias. Tendo em vista que “representar significa trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa e da integridade normativa do grupo” (MOSCOVICI, 2007, p. 213), a representação em produções artísticas pode proporcionar a destituição de estigmas que impedem as PCDs de serem conhecidas por aquilo que realmente são: pessoas. Todavia, se o processo de representação de um grupo minoritário não caminha de forma paralela às mudanças socioculturais vigentes e impede, assim, que a imagem desse grupo se distancie de velhas amarras, tão cedo não será possível romper com os círculos viciosos da marginalização para se falar de inclusão social de fato.

Ao discorrer sobre o conceito de representação no campo dos estudos literários, a pesquisadora Regina Dalcastagnè (2012, p. 17) observa o modo como esse conceito, na atualidade, é “lido com maior consciência de suas ressonâncias políticas e culturais”, o que permite indagar sobre quem vem a ser o “outro” do qual os escritores sempre falam, que posição esse outro ocupa na pirâmide social e que significado possui o silêncio conferido a esse outro em alguns textos lite-

rários. Trata-se de considerar os problemas relacionados ao acesso às vozes dos diversificados grupos sociais, atentando aos processos discursivos que reforçam a ausência, na literatura, de figuras socialmente subalternas ainda nos dias de hoje.

O sentido do termo representar, conforme apontado por Dalcastagnè (2012), diz respeito não apenas ao fato de que a literatura possa fornecer certas representações de grupos minoritários, mas remete, sobretudo, ao modo pelo qual tais representações podem atender às demandas e perspectivas reais das pessoas invisibilizadas, as quais estão sendo representadas. Mais do que representação, trata-se de uma questão de representatividade. Em relação às pessoas com deficiência, cabe indagar, portanto, se as propostas de representá-las em produções artístico-culturais conduzem ao que se entende efetivamente por inclusão na atualidade. Almeja-se que as PCDs passem a ser vistas para além da velha concepção reducionista e discriminatória, a qual colocou em dúvida a potencialidade desse grupo e direcionou o conceito de deficiência apenas para esse, retirando a responsabilidade da estrutura social que o cerca.

Entre inúmeras produções literárias, nos mais variados formatos e suportes que passaram a endossar a causa da inclusão social da criança com deficiência, destaca-se, no mercado das histórias em quadrinhos, a *Turma da Mônica*, de autoria de Mauricio de Sousa. Essa famosa marca de gibis iniciou uma campanha de apoio à causa das PCDs em meados dos anos 2000, a qual permanece até os dias atuais. A campanha consiste em promover no Bairro do Limoeiro, ambiente cênico dos quadrinhos, a inserção de figuras representativas de crianças com Síndrome de Down, Síndrome de Duchenne, epilepsia, deficiência visual, auditiva, motora e com

Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para tal, foram criadas as personagens Tati, Edu, Haroldo, Dorinha, Luca e André, inspirados em pessoas reais e desenvolvidas a partir do diálogo do Instituto Mauricio de Sousa com parceiros de diferentes áreas – saúde, acadêmica, assistência social. Conforme divulgado pelo cartunista nas mídias, o foco da campanha é oportunizar aos leitores infantis uma convivência social com o tema da deficiência, ainda que de forma simbólica, a partir de uma relação de igualdade e respeito às diferenças. Trata-se também de impulsionar a imagem da criança com deficiência, no contexto quadrinizado, inserindo-a positivamente diante das demais personagens da ‘turma’.

Há décadas, as Pessoas com Deficiência reivindicam, em diversas instâncias, que a sua imagem seja distanciada de marcas pejorativas, as quais acabam por lê-las como sendo inaptas. Elas pleiteiam também que concepções tradicionais, a exemplo de colocar a sua subjetividade em segundo plano em relação à deficiência, deem espaço ao diálogo e às oportunidades. À primeira vista, essas questões podem parecer uma utopia, já que, mesmo havendo a existência de uma legislação a garantir o direito desse grupo, o desrespeito e o preconceito ainda são constantes na sociedade. Entretanto, considerando as histórias em quadrinhos uma importante fonte de aprendizado e de mediação entre o leitor infantil e o mundo social, cabe indagar se o espaço destinado às personagens com deficiência nos gibis da *Turma da Mônica* conduz as Pessoas com Deficiência a um lugar de visibilidade afirmativa, contribuindo, assim, com as suas reivindicações.

Diante dessa indagação e das demais considerações, pretendemos, nesse artigo, analisar o tratamento conferido às per-

sonagens que representam crianças com deficiência em gibis da *Turma da Mônica*. Começaremos com uma explicação sobre o Modelo Médico da Deficiência, concepção que embasou (e certamente ainda embasa) ações e circunstâncias em torno das PCDs. A seguir, apresentaremos um breve panorama das linhas de produção das revistas em quadrinhos de Mauricio de Sousa, Edição Comum e Edição Especial, para, em continuidade, proceder à análise das narrativas presentes nos gibis: *Magali – Ao assoprar as velinhas* (2021), *Turma da Mônica – Como criar um bebê dragão* (2021) e *Turma da Mônica – Uma foto do Limoeiro* (2021). Nessas revistas, especificamente, destacam-se as personagens Luca e André, a primeira delas representando um menino cadeirante, e a segunda um garoto com Transtorno do Espectro Autista.

## **De volta ao passado: o Modelo Médico da Deficiência nas linhas (e entrelinhas) da sociedade**

Façamos o seguinte exercício de reflexão: pessoas com deficiência visual, auditiva, física, com transtorno ou síndrome, independentemente do nível da sua deficiência, têm condições de andar com autonomia pelas ruas? Têm chances de disputar vagas no mercado de trabalho, sem antes serem submetidas à dúvida? Têm oportunidades de iniciar e concluir os seus estudos? Pode surgir um “sim” esperançoso como resposta para essas questões, mas certamente muitos venham a dizer: “sem condições”. Afinal, uma significativa parcela da sociedade toma as pessoas com deficiência como sujeitos improdutivos, reservando-lhes um lugar à margem da vida social, sem o aparato necessário à sua sobrevivência, tanto física quanto simbólica. Esse descrédito que se

arrasta há décadas e causa impactos negativos no tocante à usurpação de direitos não se origina de forma aleatória. Ao contrário, resulta de certas concepções que, a princípio, parecem dispostas a amparar os sujeitos com deficiência, mas que, ao fim, acabam por detê-los em uma verdadeira prisão sem muros.

Assim, estamos diante do Modelo Médico da Deficiência. Conforme Thanyson Melo (2019), no princípio do século XX, com o final da Primeira Guerra Mundial, ex-combatentes e civis europeus passavam a conviver (in)diretamente com as sequelas físicas adquiridas em campos de batalha, sendo obrigados a se afastarem das atividades socioeconômicas. Tal advento fez surgir o Modelo Médico, caracterizado por tratamentos clínicos aos indivíduos acometidos, com o objetivo de torná-los aptos à vida social. No Brasil, o Modelo Médico se fez conhecido em torno do período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), perpassando pela fase industrial a partir de 1950. Em detrimento dos ferimentos de guerra e dos acidentes de trabalho, o governo aplicou ações de amparo social, como as indenizações pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que vigoram até os dias atuais, e a abertura de centros de reabilitação nos principais centros urbanos.

A emergência do Modelo Médico para se pensar a deficiência foi um avanço, no sentido de afastar o Modelo da Prescindência. Esse, através de um viés religioso, difundiu a ideia de que a deficiência seria resultante de um castigo divino, dando margem à prática da eugenia em algumas sociedades da Europa. Porém, ainda que o Modelo Médico tenha representado um primeiro passo relevante rumo a uma nova forma de se lidar com a deficiência e com a PCD ao buscar soluções para suprir as necessidades des-

se grupo social, é válido observar que a sua reflexão ficou restringida ao corpo. O corpo passava a ser diagnosticado pelo viés patológico ou deficiente, e à comunidade médica era reservado o direito de controlar as tomadas de decisões relacionadas aos indivíduos com deficiência, determinando, assim, o nível da sua capacidade, duração e tipos de tratamentos. Nos discursos científicos, os corpos não correspondentes aos padrões estéticos ou funcionais são tomados como objetos do saber e do poder, sendo entendido que, por serem diferentes, precisam ser corrigidos. Esses aspectos em conjunto levaram o Modelo Médico a se definir por uma expressão baseada na visão biomédica, a qual considerou a deficiência como resultado da lesão. Para esse modelo, as vivências de exclusão experimentadas por Pessoas com Deficiência – baixa escolaridade, desemprego e segregação – eram causadas apenas em função das limitações do corpo com deficiência, desconsiderando-se a conjuntura de um sistema autoritário (DINIZ, 2007).

O destaque da deficiência, como se somente essa questão pudesse justificar o sujeito PCD, enveredou pelos mais diversos âmbitos sociais. Intitulado *Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens*: um manual de classificação das consequências das doenças (CIDID), esse documento, parte acessória da Classificação Internacional de Doenças (CID) elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), por volta de 1976, tornou-se a principal referência no sentido de efetivar a conceituação e a dinâmica da deficiência a partir da posição instaurada pelo Modelo Médico. No referido documento, constava que a deficiência era uma anormalidade e que a incapacidade era consequência da deficiência. Mesmo não estando mais em vigor e sendo,

atualmente, substituído pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) – o que não significa uma mudança tão radical no modo de tratar a PCD –, a CIDID legitimou o entendimento comum que se praticava: a deficiência vista como uma condição restrita somente ao corpo, a originar as desvantagens na vida social, conforme explica Thiago Henrique França (2013), em seu artigo *Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social*.

O foco na deficiência também se manifestou nos vocábulos usados para referenciar as Pessoas com Deficiência. Fundadas na década de 1950, instituições de apoio à PCD, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) imprimiram em seus nomes os termos “excepcional” e “deficiente”, os quais ainda hoje prevalecem. Da mesma forma, a Lei 7.853/89, ainda em vigor, trouxe em seu texto as expressões “pessoa portadora de deficiência” e “criança especial”. Esses termos, de início, eram aplicados pela comunidade médica, a fim de categorizar a Pessoa com Deficiência no espectro das deficiências, mas se alastraram de tal forma que acabaram se transformando em estigmas, produzindo uma categorização desigual para esse grupo, que teve como consequências o apagamento da identidade, problemas emocionais face à rejeição social e a generalização dos aspectos das deficiências. Nas palavras de Erving Goffman (1981), ao fundirem-se por meio da linguagem, no interior das relações sociais, os estigmas levam os grupos minoritários ao descrédito e ao afastamento das vias de competição, o que vem a causar uma relação de dependência em relação ao outro.

O campo educacional é outra área tomada pela força da concepção do Modelo

Médico da Deficiência. Conforme ressalta Emílio Figueira (2021), se, atualmente, luta-se pela valorização das diferenças e pela construção de recursos que potencializam a inclusão das PCDs em ambientes de convívio heterogêneo, houve épocas em que pensar em educação para esses indivíduos era sinônimo apenas de exclusão. A ausência de um sistema de ensino apto a receber esse grupo, somada ao entendimento do sujeito com deficiência como um caso de patologia médica implicaram no surgimento de escolas especiais. Essas escolas eram mantidas por instituições como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e o Instituto Benjamin Constant (IBC), e caracterizavam-se por suas metodologias de caráter terapêutico, as quais focavam na necessidade individual do sujeito face à deficiência, sem a finalidade de impulsioná-lo à produtividade social. Imersas em um contexto social que enxergava as PCDs como desprovidas de um futuro próspero – ao contrário da expectativa que se nutria sobre os estudantes sem deficiência –, a existência das escolas especiais acabava por provocar a ampliação de barreiras no tocante ao convívio social e a isenção de investimento educacional por parte do governo.

Como forma de contrapor essa concepção segregacionista na formação educacional da PCD, houve, nas últimas décadas, avanços em prol da legalização e da prática do ensino regular e inclusivo, surtindo efeitos muito positivos ao promover o convívio social da PCD em um espectro coletivo, em classes comuns. Contudo, a sociedade foi surpreendida recentemente com o Decreto 10.502, assinado pelo ex-Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, em 2020, o qual autoriza a criação das escolas especiais para atender às PCDs, sob a justificativa de

as famílias terem uma segunda opção, que não apenas a educação regular, ofertada pelo Estado. A retomada dessa oferta de ensino é um retrocesso face à educação inclusiva instituída em lei, o que ainda permite que o governo, em suas diferentes instâncias, desvie a sua responsabilidade em relação aos investimentos necessários para se proporcionar educação de qualidade a todos. Além disso, vigora nas entrelinhas desse decreto um sistema segregacionista, que vem a valorizar a metodologia clínica-médica mais do que as propostas educacionais desenvolvidas para o crescimento integral do sujeito – Construtivismo, Sociointeracionismo, Montessori, entre outras.

Reverberando um discurso pautado na individualidade e necessidade do sujeito com deficiência, com vistas a minimizar os problemas causados pela deficiência em si, a ênfase no corpo, nas ações normalizadoras e nos rótulos de incapacidade continuou a ser propagada. Conforme Raianny Kelly Nascimento Araújo (2017), as produções televisivas, por exemplo, absorveram essa visão de forma profícua. Se antes a PCD era enjeitada por se acreditar que não possuía qualquer habilidade a ser explorada ou por não se enquadrar na estética de um corpo perfeito e sensual, com o tempo, passou a ser introduzida na cultura, mas com restrições. Na TV, ao grupo das Pessoas com Deficiência não foram ofertados papéis relevantes, e a pauta das programações esteve sempre atravessada pela deficiência, pela superação dos seus limites ou fincada em escárnio. Em alguns casos, determinou-se que a deficiência deixaria de ser um fator limitante em sua vida, em função de algum tratamento. Essa marcação restrita sobre a presença da PCD gera um padrão de anormalidade, que vai se naturalizando como fio condutor nas represen-

tações artístico-culturais. Dessa forma, o público fica impedido de enxergar o sujeito para além da sua deficiência.

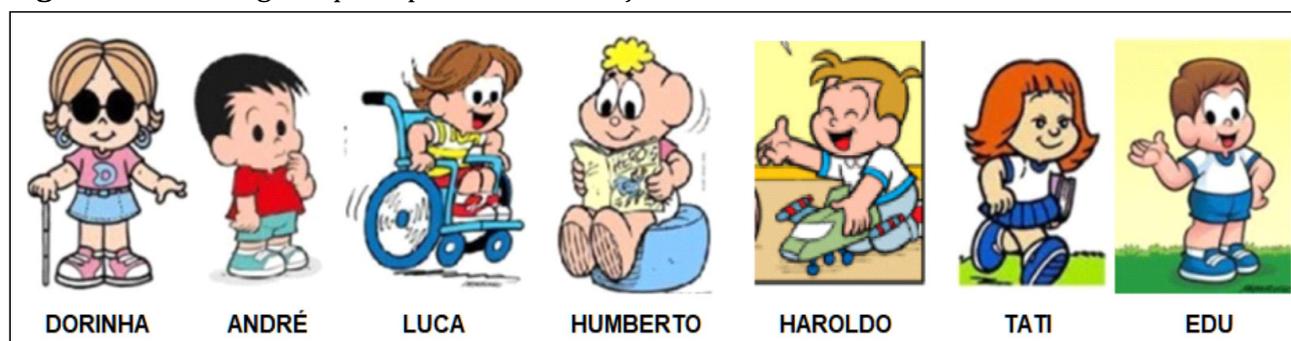
A principal crítica ao Modelo Médico da Deficiência se deu justamente devido à colocação do sujeito com deficiência em segundo plano. No que diz respeito às diferentes áreas sociais – educação, assistência social, mídias, mercado de trabalho –, contestava-se a leitura reducionista das PCDs, a exploração da sua imagem pelos políticos para fins eleitorais e a falta e/ou o não cumprimento das ações afirmativas governamentais (LANNA JÚNIOR, 2010). O embate com ideologias baseadas no Modelo Médico fez surgir uma nova perspectiva, a do Modelo Social da Deficiência. Para esse, “a deficiência era o resultado do ordenamento político e econômico capitalista que pressupunha um tipo ideal de sujeito produtivo” (DINIZ, 2010, p.10). A partir dessa visão, pretendeu-se um realinhamento social alicerçado em ações que integrassem esses indivíduos na dinâmica social, na qualidade de alguém “capaz de”. Acrescentava-se a tentativa de fazer a sociedade compreender a deficiência como característica e/ou responsabilidade da conjuntura social, e não apenas como uma situação exclusiva às PCDs. Buscou-se, para todos os fins, o acesso à voz e o reconhecimento da cidadania desse grupo.

Por força dos movimentos sociopolíticos e com o advento do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, em 1981, passou a acontecer um contrafluxo social em favor de uma posição digna para esses sujeitos. Como exemplo, as leis 8.213/1991 e 10.098/2000 passaram, respectivamente, a vigorar no Brasil, forçando o mercado de trabalho a absorver esse grupo e estabelecendo normas gerais e critérios básicos com vistas à promoção da acessibilidade

(FIGUEIRA, 2021). Houve manifestos nos segmentos acadêmico e civil em busca da representação e inclusão sociais de figuras historicamente marginalizadas. Quanto às Pessoas com Deficiência, destacam-se nessa área o pesquisador argentino Carlos Skliar e os brasileiros Romeu Sasaki e Dorina Nowill. Longe de uma discussão restrita à academia e à política, a abertura de espaço na cultura para uma representação inclusiva e participativa alcançou também o mercado literário infantil. Nesse espaço em que clássicos infantis imperavam, surgiu uma variedade de obras que dialogam sobre direitos, inclusão, identidade e diferença, oriundas de escritores com deficiência e de outros que se mobilizam para discutir aspectos constitutivos da causa.

As famosas histórias em quadrinhos da *Turma da Mônica*, do cartunista Mauricio de Sousa, vêm a ser um exemplo de produções que se posicionaram a favor da inclusão das crianças com deficiência. A partir dos anos 2000 – período de efervescência política em função das ações afirmativas deliberadas pelo Governo Federal para grupos marginalizados, entre esses as Pessoas com Deficiência –, Mauricio de Sousa iniciou uma mudança no Bairro do Limoeiro, ambiente cênico dos seus gibis. O cartunista criou, de forma gradativa, as personagens Luca, Dorinha, Humberto, Haroldo, André, Edu e Tati, figuras com deficiência motora, visual, auditiva, com epilepsia, Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Duchenne e Síndrome de Down, respectivamente (Figura 1).

**Figura 1** - Personagens que representam crianças com deficiência



Fonte: Acervo pessoal, 2021

Conforme é divulgado nas mídias, ao debater a favor da criança com deficiência, a *Turma da Mônica* colabora para que a imagem da PCD se fortaleça, chamando a atenção da sociedade para o cumprimento da cidadania, mas, principalmente, levando o leitor infantil a aprender a abolir o preconceito. Independentemente da intenção de Mauricio de Sousa em seus quadrinhos, o fato é que “qualquer *noção* ou *definição* de deficiência implica uma imagem, uma projeção, que nós fazemos das pessoas deficientes<sup>1</sup>” (RIBAS, 1985, p. 7, grifo do autor).

Nesse sentido, podem ocorrer produções artístico-culturais satisfatórias que desmistificam a imagem da PCD como um sujeito incapaz, não compactuando com a generalização dos sintomas e das limitações das deficiências. Por outro lado, há produções que podem retroalimentar a marginalização desses indivíduos. Se apresentam as seguin-

contra-se em desuso há algumas décadas. O termo é agora substituído por *Pessoa com Deficiência*, tendo como sigla oficial PCD para abreviações, devendo ser aplicado em toda e qualquer língua por pessoas físicas e jurídicas, de forma oral ou escrita. Essa recomendação parte dos Movimentos Mundiais das Pessoas com Deficiência (SASSAKI, 2006).

1 Vale ressaltar que o termo *pessoa deficiente* en-

tes questões: nas revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica*, o lugar reservado às crianças com deficiência permite que essas sejam notadas enquanto representantes de sujeitos reais, valorizando a sua singularidade? A imagem da PCD é construída para além de uma concepção tradicional, rompendo, assim, com padrões pré-estabelecidos no passado?

## **A fantástica inclusão do Limoeiro: o real lugar das personagens Luca e André nos quadrinhos**

A presença das personagens que representam crianças com deficiência acontece em duas linhas editoriais da *Turma da Mônica*, Edição Comum e Edição Especial, as quais possuem características específicas quanto ao seu conteúdo, às formas de produção e à distribuição no mercado. Sobre esses aspectos, em razão de haver na campanha de inclusão da *Turma da Mônica* parceiros/patrocinadores de diferentes áreas – Indústria Farmacêutica Genon, Universidade de Harvard (EUA), Fundação Norina Nowill para cegos, Instituto MetaSocial, Centro Desportivo dos Jogadores de Basquete Adaptado (SP), Revista Autismo, Associação dos Amigos do Autista (AMA) –, os gibis ganham pautas diferentes. As personagens podem ficar restritas a uma determinada linha da revista,

podem ser liberadas para publicidade (fora das revistas) e permanecer (ou não) de forma contínua e seriada nos quadrinhos. Além disso, a composição do elenco das personagens infantis com deficiência teve como referência, por parte de Mauricio de Sousa, algumas figuras públicas. Podem ser citados a educadora Dorina Nowill, a atriz e escritora Tathiana Piancastelli e os jogadores de basquete adaptado, face à criação de Dorinha, Tati e Luca, respectivamente, personagens cega, com Síndrome de Down e cadeirante.

Sobre as revistas de Edição Especial (Figura 2), essas possuem um caráter prioritariamente educativo. Em suas narrativas, são enfatizados conceitos, sintomas, orientações e tratamentos sobre a Síndrome de Down, o Transtorno do Espectro Autista, a Distrofia Muscular de Duchenne, a epilepsia e a limitação motora. Contemplam tais pautas cinco revistas – *Acessibilidade* (2004), *Viva as Diferenças* (2018), *Um amiguinho diferente* (2019), *Distrofia Muscular de Duchenne* (2019) e *O que está acontecendo* (2019) –, as quais contam com a presença das personagens Luca, Tati, André, Edu e Haroldo. Essas revistas foram lançadas, estrategicamente, em eventos comemorativos de apoio à causa da inclusão, com edição única, sob apoio de determinados parceiros envolvidos no projeto. Ademais, essa linha de Edição Especial é administrada pelo Ins-

**Figura 2** - Revistas em quadrinhos da linha de Edição Especial



Fonte: Acervo pessoal, 2021

tituto Mauricio de Sousa, organização sem fins lucrativos que a distribui gratuitamente no mercado, em versão impressa, para pessoas físicas e jurídicas em eventos literários, escolas, ONGs, conforme receba os pedidos do público. Além desse tipo de distribuição, essas revistas também são encontradas em formato digital nos portais do Instituto Mauricio de Sousa e da *Turma da Mônica*.

Quanto às revistas de Edição Comum (Figura 3), essas são constituídas por uma linguagem mais lúdica, com destaque para as brincadeiras, os mexericos e as confusões típicos da infância. Em meio a essas aventuras da ‘turma’, desenvolve-se também a abordagem de certos aspectos no âmbito das defi-

ciências, aparentemente com foco na socialização e no entretenimento. Para tanto, as personagens Luca, Dorinha, André, Tati e Humberto são inseridas nas narrativas, ora como protagonistas, ora como coadjuvantes. Diferentemente das revistas da linha de Edição Especial, a qual é gerida pelo Instituto Mauricio de Sousa, as revistas de Edição Comum são produzidas pela Editora Mauricio de Sousa, lançadas mensalmente no mercado em formato de gibi e almanaque, intituladas *Turma da Mônica*, *Magali*, *Cebolinha*, *Mônica*, *Cascão*. Os seus exemplares são comercializados nas bancas de revistas e no *site* da referida coleção de quadrinhos por intermédio da editora italiana Panini Comics.

**Figura 3** - Revistas em quadrinhos da linha de Edição Comum



Fonte: Acervo pessoal, 2021

Ao articular faces distintas para o debate da inclusão da criança com deficiência, a *Turma da Mônica* chama a atenção porque dificilmente uma coleção de histórias em quadrinhos consegue, por quase vinte anos, manter-se no mercado de leitura com duas linhas distintas de trabalho. Conforme adentra na problemática social da Pessoa com Deficiência performando os modos pelos quais os seus leitores podem entender a importância da convivência coletiva pautada na “quebra” de estigmas, os quadrinhos da *Turma da Mônica* endossam, para todos os efeitos, as reivindicações dos movimentos sociopolíticos em favor de um legítimo processo de inclusão social. Acredita-se,

dessa forma, que a representação da criança com deficiência nesses gibis escapa do preconceito e da leitura superficial do que vem a ser o sujeito com deficiência, já que Mauricio de Sousa diz embasar-se em estudos realizados por profissionais da área da inclusão social, da saúde e acadêmica, com o intuito de construir narrativas que rompam com visões tradicionais e impulsionem as suas personagens para um lugar de notoriedade junto às demais figuras da ‘turma’.

Embora as duas linhas de revistas de histórias em quadrinhos proporcionem um largo estudo sobre qual vem a ser o tratamento conferido às personagens que representam as crianças com deficiência, esse artigo se

restringe, em função do seu limite, aos gibis da linha de Edição Comum. A escolha se detém no fato de essa linha de revistas circular mais ampla e facilmente no mercado de leitura infantil, sendo comercializadas em postos de vendas mais populares, como as bancas de revistas, ao contrário da Edição Especial, que possui distribuição mais restrita, de um modo geral. Sobre a linha escolhida, foram lançados 50 exemplares de gibis no ano de 2021, sendo eles: *Turma da Mônica*, *Magali*, *Cebolinha*, *Cascão* e *Mônica*, numerados de 01 a 10. Dessa quantidade total, foi observado que as personagens Luca, André, Tati e Dorinha fizeram-se presentes, com atuação efetiva, em apenas 17 exemplares. Nas narrativas protagonizadas por essas figuras, houve a recorrência de algum aspecto constitutivo das suas deficiências – limitação motora, autismo, Síndrome de Down e cegueira. Diante desses dados, com vistas a investigar melhor a representação da personagem da criança com deficiência nos quadrinhos criados por Mauricio de Sousa, selecionamos aqui duas personagens, Luca e André, as quais serão abordadas em quatro episódios pertencentes aos gibis *Turma da Mônica – Como criar um bebê dragão*, *Magali – Ao assoprar a velinha* e *Turma da Mônica – Uma foto do Limoeiro*.

Criada em meados de 2004 e identificada inicialmente com o nome de “Da Roda”, por ter como referência os jogadores de basquete adaptado, a personagem Luca é apresentada com frequência nos eventos sociais da *Turma da Mônica*. O discurso em torno da personagem se reveste de uma preocupação com o tratamento igualitário frente à ‘turma’ do Bairro do Limoeiro. Para tal, a marca de gibis informa, em entrevistas, que os enredos para Luca contam com uma variedade de pautas e que a sua presença está sempre associada à alegria, autoconfiança e sociabilidade. Não à toa, o garoto cadeirante

é tido como o amigo mais atencioso e companheiro. No entanto, as narrativas em que Luca se faz presente sugerem que o modo como a sua inclusão é realizada não alcança, exatamente, os objetivos ali propostos. A título de exemplo, tem-se o episódio *Luca – Apenas mais um dia*, pertencente ao gibi *Magali – Ao assoprar a velinha* (2021).

O enredo resume-se a mostrar Luca em diferentes momentos do seu dia. Assim, inicia a sua rotina arrumando-se para tomar café em companhia da família. Em seguida, vai à escola, percorrendo sozinho, com a sua cadeira de rodas, as ruas do bairro; brinca de tarde na quadra de basquete com os amigos e de *videogame* em casa. Por fim, faz as atividades da escola (Figura 4).

**Figura 4** – Trechos da narrativa *Luca – Apenas mais um dia*



Fonte: Acervo pessoal, 2021

Tendo em vista uma sociedade que marginaliza as Pessoas com Deficiência, a oferta de uma narrativa quadrinizada cuja figura principal vem a ser uma personagem pertencente a esse grupo é um ato em prol da sua valorização. A escolha de cenas que evidenciam Luca realizando atividades com autonomia colabora na desmistificação da incapacidade da PCD. Todavia, o outro lado dessa narrativa levanta questões que podem escapar aos olhos do leitor. Diante de infinitas possibilidades de temas envolvendo aventuras, brincadeiras e mexericos, típicos dos quadrinhos da *Turma da Mônica*, o enquadramento de Luca em cenas que mostram apenas a sua rotina na condição de uma criança cadeirante é muito limitador. Essa discrepância entre o que a narrativa de Luca poderia ser e as limitações que ela, de fato, traz, fica mais nítida conforme reconhecemos ser uma marca registrada dos gibis da linha de Edição Comum os enredos com características mais lúdicas e aventureiras. Para fins de elucidação, os episódios

*Magali e Denise em: Ao assoprar a velinha e Magali em: Leva o bolo*, ambos do mesmo gibi em que há a narrativa de Luca a qual estamos analisando, tangenciam a questão da gula da Magali. Porém, não é a gula que vem em primeiro plano, pois os episódios enveredam por situações inusitadas e humoradas – diferentemente do que ocorre com Luca.

Se na narrativa *Luca em: Apenas mais um dia* a intenção foi destacar Luca como uma criança sagaz, em *A turma em: Sobre rodas*, pertencente ao gibi *Turma da Mônica – Como criar um bebê dragão* (2021), o propósito foi evidenciar a convivência social da criança cadeirante por meio de uma brincadeira adaptada (Figuras 5). Composta somente de duas páginas, quantidade menor se comparada às narrativas das figuras mais conhecidas da ‘turma’, o episódio se passa na ladeira do Bairro do Limoeiro, palco para uma alucinante corrida de carrinhos organizada pelos meninos – Humberto, Xaveco, Cebolinha, Cascão, Luca e Jeremias.

**Figura 5** - Trechos da narrativa *Sobre Rodas*



Fonte: Acervo pessoal, 2021

A proposta de uma turma inclusiva no Bairro do Limoeiro, através da qual as diferenças dos sujeitos não são um impedimento para que as brincadeiras se realizem, permite a Luca uma tarde de diversão, sem que ele esteja no papel de espectador. Esse contexto da narrativa reforça a pertinência de um processo de adaptação e acolhimento da criança com deficiência, de modo a impedir a sua exclusão dos espaços sociais. Além disso, a composição do enredo colabora para que o leitor infantil aprenda sobre desenvolver a empatia, lançando mão do seu lugar ao se aproximar da realidade do outro. Porém, apesar da elucidação desses aspectos, uma representação como essa, ao estabelecer relação direta e exclusiva entre deficiência e PCD, estigmatiza a estrutura em torno do indivíduo, pois fica entendido que o seu corpo é a sua principal marca, o responsável pelo seu lugar ocupado no social e o meio pelo qual deve ser interpretado (RIBAS, 1985). *Sobre rodas*, expressão que serve de subtítulo a esse episódio, torna-se uma expressão pejorativa, pois segue reproduzindo a lógica da exploração da deficiência numa perspectiva funcional e sintomatológica. Mais do que isso: aprisiona a PCD de tal forma à sua deficiência e aos acessórios que a distinguem de outros indivíduos, que nenhum outro tema parecerá útil o bastante para expressar ou representar essa pessoa.

A respeito da personagem André - criança autista tida pela *Turma da Mônica* como um garoto de poucas palavras -, foi desenvolvida a partir da parceria com a Associação dos Amigos do Autista (AMA) e a Universidade de Havard (EUA), por volta de 2002, sendo apresentada pela primeira vez no gibi *Turma da Mônica - Um amiguinho diferente*, da linha de Edição Especial. Anos depois, a personagem foi inserida na linha

de gibis de Edição Comum, disponibilizados nas bancas. Sobre a sua participação nas narrativas dessa linha, trazemos para a análise o episódio *André e Binho em: O saco de papel*, pertencente ao gibi *Turma da Mônica - Como criar um bebê dragão* (2021). A dupla passou a reforçar sua presença em alguns enredos em função de terem, em tese, a mesma idade - aproximadamente 5 anos -, e os mesmos gostos para brincadeiras. Em uma dessas circunstâncias, André sugere diferentes formas de brincar com o saco de papel, conduzindo Binho pelo universo da imaginação - uma forma de lidar criativamente com o seu sentimento de incômodo em relação aos barulhos.

No gramado do Bairro do Limoeiro, Binho prepara-se para estourar um saco de papel quando é interrompido por André (Figura 6). “Você não vai estourar esse saco de papel, vai?”, eis o pedido do amigo. Pego de surpresa, Binho pede desculpas e comenta: “já sei que você não gosta de barulhos altos...”. Sem saber o que fazer com aquele saco de papel, pede dicas a André. Ainda com as mãos colocadas sobre as orelhas, com o semblante assustado, esse sugere que faça do saco um chapéu. A ideia encanta Binho, que logo imagina-se disfarçado com um chapéu, despistando agentes secretos. Empolgado, o menino quer de André outra ideia. “Bem, um saco serve também para você desenhar”. Amante de obras de arte, Binho imagina-se em uma bela convenção mundial de histórias em quadrinhos, com muitos fãs pedindo para que ilustre os seus sacos. Por último, mas ainda sob tensão, André comenta sobre jogar futebol com bola de papel. Ao término, os meninos estão felizes, principalmente André, pelo fato de o seu sentimento de temor por barulhos ter sido driblado por ele em meio à brincadeira.



fervorosa, mas, na opinião da banca de jurados, o campeão é André (Figura 7). A sua foto atrai a atenção porque retrata a árvore do tipo limoeiro refletida na água, algo di-

ferente dos demais participantes, que preferiram apresentar fotografias dos pets, do campinho, da escola, das brincadeiras, entre outras circunstâncias.

Figura 7: Trecho da narrativa *Uma foto do Limoeiro*



Fonte: Acervo pessoal, 2021

Da mesma forma que ocorreu na narrativa *O saco de papel*, esse enredo recai sobre uma das características sintomatológicas do Transtorno do Espectro Autista: “a literalidade como um modo de entendimento no processo da comunicação” (TRAMONTE, 2015,

p. 52). Por possuir um raciocínio que tende à interpretação literal dos discursos, ao ler a faixa de publicidade “Concurso de fotografia do Limoeiro”, André compreende que é preciso fotografar exatamente o limoeiro, árvore que dá origem ao nome do bairro.

Sobre comportamentos pouco comuns, esses podem ser notados em outras figuras criadas por Mauricio de Sousa. O famoso Cebolinha, por exemplo, chama a atenção por sua fixação em querer capturar Sansão, o coelho de pelúcia da Mônica, e pela sua linguagem oral, fazendo a troca da letra R por L ao pronunciar certas palavras. Contudo, contrariamente ao que ocorre com André, que vem a ser marcado incisivamente pelo TEA nas narrativas, os episódios de Cebolinha, publicados em 2021, não se limitaram à atipicidade da sua oralidade ou às provocações feitas à Monica. Para além disso, as narrativas protagonizadas por Cebolinha possuem variedade de pautas e se constituem da ludicidade própria da linha de revistas em quadrinhos de Edição Comum, evocando assim as brincadeiras, aventuras, confusões que mobilizam a turma de amigos nas narrativas.

Ao longo das histórias nos gibis da *Turma da Mônica*, todas as personagens possuem um elemento especial ou distinto na sua identidade. Contudo, no que diz respeito a um grupo de personagens que representa as minorias sociais e vivem estigmatizadas, “a marcação que se faz dessas diferenças implica na construção da identidade do sujeito que, por sua vez, ocorre tanto por meio dos sistemas *simbólicos* de representação, quanto por meio de formas de exclusão *social*” (WOORDWARD, 2014, p. 40, grifo da autora).

Com André, fica destacada a comunicação e expressão sociais marcadas pela limitação, em um espaço quadrinizado que não permite explicação adicional sobre as relativizações do autismo. Diante disso, certamente não será possível pensar que esse indivíduo pode, em um contexto real, relacionar-se com os outros, compreender a dinâmica comunicativa composta de códigos

complexos ou ter um bom desempenho escolar ao ler, analisar e interpretar dados. Descartam-se, assim, traços e elementos importantes para desvincular o sujeito autista de certas características tradicionais da sua deficiência, tais como: comportamentos repetitivos, dificuldades na interação, compreensão do mundo de forma unilateral etc. (GAIATO; TEIXEIRA, 2018). Por conseguinte, enfraquece-se a luta desse grupo de pessoas sem leituras que permitam enxergá-las para além do autismo enquanto conjunto de sintomas.

## Considerações finais

Quando o Bairro do Limoeiro recebeu um morador com deficiência pela primeira vez, há aproximadamente 20 anos, o sentimento de satisfação para aqueles que lutam a favor de um mundo inclusivo foi um sinal de vitória. Primeiramente, a vitória se dava em razão de o Brasil, naquele momento, vivenciar uma atmosfera sociopolítica que favorecia o realinhamento social, beneficiando grupos minoritários, como as PCDs, com uma acentuada deliberação de leis de proteção e garantia dos seus direitos. Por outro lado, a satisfação ocorreu porque a *Turma da Mônica*, enquanto coleção de revistas em quadrinhos, é um meio de comunicação importante para impulsionar a causa da inclusão social da criança com deficiência, uma vez que atua fortemente no mercado de leitura infantil, no Brasil e em outros países, e intermedia diálogos entre os seus leitores e o mundo social, ao apresentar pautas de diferentes áreas. Dessa forma, as Pessoas com Deficiência, fosse no âmbito ficcional ou no contexto real em si, viriam a experimentar mais alternativas de inclusão social pertinentes à legitimação da sua cidadania.

A criação de Dorinha, Tati, Edu, Haroldo, André e Luca e a inserção dessas nos gibis da

*Turma da Mônica* exigiram de Mauricio de Sousa uma imersão no campo das Pessoas com Deficiência. Conforme divulgado pelo cartunista nas mídias, foi necessário conhecer instituições de apoio a esses sujeitos e pessoas que viriam a ser referência para certas personagens, como foi o caso da saudosa educadora Dorina Nowill, da atriz Tathiana Piancastelli - ambas com deficiência visual e Síndrome de Down - e dos jogadores de basquete adaptado. Além disso, é destacado por Mauricio de Sousa a preocupação com o formato das narrativas, de modo a colocar esse elenco representativo em posição de destaque e em episódios que em nada se diferenciem do que é apresentado na sua linha de gibis de Edição Comum, referindo-se às conhecidas aventuras e confusões da turma do Bairro do Limoeiro. É visível, portanto, que Mauricio de Sousa tem um projeto conciso, amparado por especialistas da área de inclusão e assistência social, e que a sua proposta é mostrar que as suas histórias em quadrinhos estão preparadas para a pluralização de figuras humanas e para a orientação de ações contra a discriminação.

Embora a intenção do “pai” da *Turma da Mônica* seja a de exaltar a imagem da criança com deficiência, colocando-a para viver uma infância genuína como um indivíduo autônomo e sagaz, com direito às traquinagens dessa fase, nenhuma precaução tomada no processo da criação das personagens com deficiências parece ter sido suficiente para não cair em uma leitura reducionista. Eis aí o que observamos na análise das personagens Luca e André, meninos com deficiência motora e Transtorno do Espectro Autista (TEA), respectivamente. A ideia de colocá-los para encenar as típicas aventuras da turma a partir de um lugar “igual” ficou apenas nas linhas superficiais desse projeto, pois o resultado é uma rasa repre-

sentação de figuras humanas que, sem dúvida, não ficariam satisfeitas em ocupar um espaço secundário na narrativa quadrinizada, dada a sua condição de Pessoas com Deficiência. Essa representação, oposta ao discurso performático de Mauricio de Sousa nas mídias, consuma-se na inexistência de atributos que poderiam apresentar Luca e André para além da condição de crianças com deficiência.

Longe de buscar estabelecer aqui qualquer verdade sobre os modos como se devem (ou não) representar a criança com deficiência nos quadrinhos da *Turma da Mônica*, ou de colocar em dúvida as reais intenções do seu criador, Mauricio de Sousa, o fato é que o tratamento conferido aos meninos Luca e André nas narrativas quadrinizadas em muito se aproxima da concepção do Modelo Médico da Deficiência, apresentado no início desse artigo. Tal qual esse Modelo, que interpretou a deficiência como um fenômeno, ancorando-se exclusivamente nos aspectos individuais de caráter clínico do indivíduo, as narrativas da *Turma da Mônica* analisadas também reduziram as personagens às suas deficiências, estabelecendo uma dicotomia quanto ao tratamento conferido ao restante da ‘turma’. Enquanto as demais personagens são imersas em contextos diversificados e lúdicos, a despertar a imaginação e o sentimento de diversão, o elenco representativo da criança com deficiência ficou aprisionado em um discurso oriundo de uma orientação clínico-médica, como se somente essa orientação tradicional pudesse determinar o sujeito. Ademais, o modo como os episódios foram construídos nos gibis dá a entender que a deficiência vem antes do sujeito, quando deveria ser o contrário. Na *Turma da Mônica*, a criação de personagens com deficiência se processa sob a insígnia da inclusão, mas, vista um

pouco mais de perto, essa proposta de inclusão ainda teria muito o que ser aprimorada, a fim de atender às demandas legítimas das Pessoas com Deficiência por uma inserção social, de fato, igualitária.

## Referências

ANTUNES, R. **Quer que eu desenhe?** Um retrato da Síndrome de Asperger. São Paulo: Fontenele Publicações, 2019.

ARAÚJO, Raianny Kelly Nascimento. **Vilãs ressentidas ou heroínas improváveis?** O ethos da mulher com deficiência em telenovelas brasileiras. 2017. 154 f. Dissertação (Dissertação em Educação Contemporânea) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2017.

DALCASTAGNÈ, Regina. Um mapa de ausências. In: \_\_\_\_\_. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado.** Vinhedo: Horizonte/Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FIGUEIRA, Emílio. **As Pessoas com Deficiência na História do Brasil:** Uma trajetória de silêncio e gritos! Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

FRANÇA, T.H. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Revista Lutas Sociais.** vol. 17, n. 31, pp. 59-73, jul./dez. 2013.

GAIATO, M.; TEXEIRA, G. **O rezinho autista:** guia para lidar com comportamentos difíceis. São Paulo: nVersos, 2018.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Mathias Lambert. São Paulo: Ed. LTC, 1981.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MELO, Thanyson Dornelas de. O modelo médico e sua importância para a inclusão social da pessoa com deficiência no Brasil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 04, ed. 07, vol. 12, pp. 169-179, Jul. de 2019.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Trad. de Pedrinho Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

RIBAS, João Batista Cintra. **O que são pessoas deficientes.** 6. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006

SOUSA, Mauricio. **Magali:** Ao assoprar a velinha. São Paulo: Editora Mauricio de Sousa, n. 03, maio, 2021.

SOUSA, Mauricio. **Turma da Mônica:** Como criar um bebê dragão. São Paulo: Editora Mauricio de Sousa, n. 09, novembro, 2021.

SOUSA, Mauricio. **Turma da Mônica:** Uma foto do limoeiro. São Paulo: Editora Mauricio de Sousa, n. 01, março, 2021.

TRAMONTE, Rodrigo. **Humor azul:** o lado engraçado do autismo. Florianópolis: Editora do Autor, 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. 14ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

*Recebido em: 11/02/2023  
Aprovado em: 10/05/2023*



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.